

Texto n.16

Textos para Discussão
ISSN 2447-8210

**EDUCAÇÃO MUSICAL: a
música como
instrumento de
inclusão social**

**Thereza Christina Lopes
Coutinho**

**Grupo
Educativo**

EDUCAÇÃO MUSICAL: a música como instrumento de inclusão social

Thereza Christina Lopes Coutinho *

RESUMO

O presente artigo é uma revisão bibliográfica sobre a educação musical, destacando o papel pedagógico do educador musical e da música como instrumento de inclusão social. Concluiu-se, com base na literatura consultada, que a educação musical não é só transmissão de conhecimentos teóricos de melodia, ritmo, textura, forma, dinâmica, entre outros aspectos, mas que a música contribui para a criança demonstrar seus sentimentos e emoções, sendo um meio de transformação social, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo de maneira completa. Com o avanço tecnológico, o educador musical deve estar ciente das novas perspectivas que se abrem tanto na educação musical quanto na composição e distribuição da música, sendo imprescindível a interdisciplinaridade da docência musical com outras áreas de conhecimento fora do campo artístico para o seu pleno desenvolvimento.

Palavras-chave: [Educação Musical]. [Educação Inclusiva]. [Música].

MUSIC EDUCATION: the music as an instrument of social inclusion

ABSTRACT

This article is a review on the music education in Brazil, highlighting the importance of music education as well as the educational role of the music educator and music as a tool for social inclusion. It was concluded, based on the literature, that music education is not only transmission of theoretical knowledge of melody, rhythm, texture, form, dynamics, among other things, but that music contributes to children show their feelings and emotions, being a mean of social transformation,

* Thereza Christina Lopes Coutinho, cirurgiã-dentista, é aluna do Curso de Licenciatura em Música – Habilitação: Educação Musical do UNIS-MG e Profa. Associada de Odontopediatria da FO-UFF. Possui pós-doutorado (USP) em Biologia Oral, doutorado (USP), mestrado (UFRJ) e especialização (UFRJ) em Odontopediatria e especialização (ABO-RJ) em Ortodontia e Ortopedia Facial. Pesquisadora da área de comportamento, disfunções orais e qualidade de vida da criança. christina.coutinho@gmail.com

enabling the development of individual potential in a complete way. With the technological advances, the music educator should be aware of the new opportunities opening up in both music education and in the composition and distribution of music, being indispensable the interdisciplinarity of musical teaching with other areas of knowledge outside the artistic field to its full development.

Keywords: *Music Education. Inclusive Education. Music.*

1 INTRODUÇÃO

A palavra música vem do grego *mousiké*, que designava, juntamente com a poesia e a dança, a arte das musas, pois os gregos atribuíam aos deuses sua música (criação e expressão do espírito) como o meio de alcançar a perfeição. As musas eram as deusas protetoras da educação, que englobava o conhecimento da literatura, da poesia, da música e da dança e alegravam os deuses do Olimpo com seus cantos e, aos homens, elas doavam a inspiração poética e o conhecimento. Na Grécia antiga, a música era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos ao lado da matemática e da filosofia (CATÃO, 2011).

A música como manifestação artística acompanha a humanidade ao longo de sua história, desenvolvendo qualidades essenciais no ser humano. Através da música, os povos expressam seus sentimentos, sejam patrióticos, amorosos, religiosos, sociais ou morais. Diferentes compositores, professores e instrumentistas vêm se dedicando a estudar a influência da música na formação mais completa do ser humano, integrando o indivíduo à sociedade. Portanto, a música, como um dos elementos primários da história da humanidade, envolve regras e princípios que fazem dela uma disciplina. Com a Educação Musical desenvolve-se a Educação Estética da criança, cria-se sua ideologia como ser social que ama a pátria, as tradições folclóricas, tem amor à natureza e às suas mais belas expressões no mundo que a rodeia (PEREIRA, 2011).

A música pode ser um meio de inclusão social e por isso, é importante que os educadores proporcionem às crianças na escola, a apropriação da linguagem musical sem reservas; a música não deve ser um privilégio de alguns, mas patrimônio de todo ser humano (SCHERER, 2013). Dentro dessa proposta, por meio de estudos bibliográficos, foi analisada a importância da educação musical

bem como, a inclusão social da criança através da música, procurando enfatizar o papel pedagógico do professor nesse processo ensino-aprendizagem, assim como as perspectivas futuras da docência musical frente ao desenvolvimento tecnológico.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O Ensino da Música no Brasil

Registros do ensino da música no Brasil remontam ao período da colonização, com a vinda dos jesuítas (PEREIRA, 2011), que chegaram com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza em 1549 sendo os primeiros professores de música no Brasil, onde desenvolveram uma educação musical voltada a servir os interesses da Igreja e da Coroa de Portugal (OLIVEIRA, 2011). O jesuíta José de Anchieta e o padre Antônio Rodrigues ensinavam a música europeia aos habitantes nativos e estes ensinamentos incluíram música, dança e teatro aos nativos e seus filhos, o que serviu para despertar seus sentidos artísticos e desenvolver habilidades com instrumentos (OLIVEIRA, 2007). A influência indígena na música brasileira se deu através dos instrumentos de percussão. Com a vinda dos escravos, a influência da música africana no Brasil marcou, enriqueceu e contribuiu para a formação de uma identidade nacional. Os africanos trouxeram instrumentos de percussão como o ganzá, a cuíca e o atabaque. Eles destacavam, principalmente, o ritmo em suas canções e danças referentes à comemoração de suas vitórias, conquistas e tristezas. Esta fusão de culturas de índios, brancos e negros criou uma música para a festividade. O povo brasileiro é considerado musicalmente completo, sempre gostou de dançar, cantar e tocar instrumentos musicais (PEREIRA, 2011).

Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, a música se estendeu da Igreja para os teatros, que costumavam receber companhias estrangeiras, porém, essa música continuava nos padrões da música europeia (OLIVEIRA, 2007). Em 1848, durante o reinado de D. Pedro II, o ensino regulamentado de música se iniciou com o discípulo do Padre José Maurício, Francisco Manoel da Silva que, em 1845, fundou o Conservatório Brasileiro de Música no Rio de Janeiro, podendo ser considerado um marco para o ensino musical brasileiro. No entanto, as manifestações brasileiras como quadrilhas, choros, modinhas e lundus presentes nos salões estavam excluídas do conservatório (OLIVEIRA, 2011).

Após esse período, surgiram educadores musicais que defenderam a valorização do folclore, da música popular e ritmos brasileiros como, por exemplo, o poeta Mario de Andrade no início do século XX. O maestro Villa-Lobos, também neste período, já trazia a importância da música na educação das crianças, como possibilidade de desenvolver o senso estético (CATÃO, 2011) e assim, conseguiu convencer o então presidente Getúlio Vargas a tornar obrigatório o ensino de Música em todas as escolas do país, através da aplicação da disciplina batizada por ele de Canto Orfeônico, que foi regulamentada através do Decreto n. 19.980, de 18 de abril de 1931. O Canto Orfeônico esteve presente nas escolas brasileiras até o final da década de 1960, momento em que desapareceu progressivamente da educação. Isto aconteceu, entre outros motivos, depois da promulgação da Lei n. 5.692/71, a qual tornou obrigatório o ensino de artes na disciplina Educação Artística. Com isso, a Educação Artística foi homologada como disciplina e a Música passou a dividir seu espaço com as Artes Cênicas, as Artes Plásticas e o Desenho. A polivalência no ensino de artes referia-se à ideia de que um mesmo profissional poderia ensinar Artes Visuais, Teatro, Música e Dança (OLIVEIRA, 2011).

Em 1996, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, a Educação Artística foi substituída pelo ensino da Arte – música, artes visuais, teatro e dança, nas escolas regulares de ensino. Nessa época, por determinação legal, o MEC criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com o objetivo de estruturar os conteúdos que seriam socialmente importantes no país, levando em consideração seu grande território e sua diversidade cultural (RIBEIRO, 2012). Porém esta lei, na época de sua vigência em nosso país e apesar de sua importância, apresentou “brechas” quando não esclarecia o rumo do ensino da arte nas escolas (MONTEIRO, 2015).

A partir de 2006, nasce em um encontro na casa do compositor Francis Hime, o GAP (Grupo de Articulação Parlamentar), reunindo políticos de diversos partidos e artistas como Ivan Lins, Fernanda Abreu, Alexandre Negreiros, Cristina Saraiva, Felipe Radicetti e Dalmo Motta (MONTEIRO, 2015). A Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) também foi convidada a participar de reuniões com o GAP para contribuir nos debates e encaminhamentos para obter melhores resultados para o processo das questões da música no país. Todo esse movimento resultou na aprovação da Lei n. 11.769 publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de

2008, que veio acrescentar a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica (RIBEIRO, 2012).

2.2 O papel pedagógico do educador musical: a inclusão e transformação social através da música

A Educação Musical deve ser vista como um meio efetivo na formação da criança, valorizando a cultura que sustenta a vida destes alunos dentro e fora da escola e que é capaz de influenciar a Educação pela Arte, assim como de possibilitar que o educando se construa e reconheça como indivíduo e ser social, através dos conhecimentos musicais adquiridos (LIMA, 2010). Freire (1983) coloca outro aspecto da educação: todos deveriam participar do processo ensino-aprendizagem e valorizar a música, em especial a voz, participando de um coral e desta forma, se expressando socialmente.

Cabe ao educador musical ressaltar e valorizar as raízes da música na cultura brasileira, dando o devido valor aos nossos ancestrais, índios, negros e europeus. Deve pesquisar a fundo os detalhes da verdadeira cultura musical do nosso povo, a exemplo dos instrumentos típicos de cada etnia, o significado da música, sua importância e contribuição, influência e estudo de compositores nacionais que estudaram as nossas raízes folclóricas, obtendo uma verdadeira fusão e uma maior clareza da nossa linguagem musical, como um completo legado cultural (PEREIRA, 2011).

Em uma sociedade de constantes mudanças e muitas diferenças socioculturais é fundamental que o professor esteja aberto ao discurso musical do aluno. O professor deve ser um profissional autônomo que reflete criticamente sobre a prática para compreender as características dos processos de ensino-aprendizagem em música, levando em consideração o contexto e deve saber dialogar com a “diversidade de vivências musicais não escolares que a sociedade atual propicia” (ARROYO, 2000), devendo também ser um intelectual transformador, com compromisso de provocar a formação da consciência dos indivíduos para uma educação musical para todos, de uma maneira mais justa (LIMA, 2010).

Através da educação musical poderá ser assimilada, de forma positiva, a estética da realidade dentro das contradições sociais: opressão x liberdade, miséria x dignidade, inclusão x exclusão. Aqui, os desafios em desenvolver, através da música em sala de aula um caráter histórico, desenvolvendo e formando indivíduos

com pleno domínio intelectual e com suas capacidades criativas do real – tornando-se o belo através das artes e assim, busca-se na educação através da música, estratégias de formação inclusiva, transformadoras do sistema, cada vez mais excludente e individualista (PEREIRA, 2011).

As atividades relacionadas à música também servem de estímulo para crianças com dificuldades de aprendizagem e contribuem para a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. As atividades de musicalização, por exemplo, servem como estímulo à realização e ao controle de movimentos específicos, contribuem na organização do pensamento e as atividades em grupo favorecem a cooperação e a comunicação (KEBACH; DUARTE, 2008).

A realidade atual da sociedade exige do educador novas posturas, entre elas o retomar constante de sua prática pedagógica e um olhar amoroso diante das dificuldades do educando. Educadores precisam engajar-se social e politicamente, percebendo as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação da sociedade. Para isso, antes de tudo, necessitam conhecer a sociedade em que atuam e o nível social, econômico e cultural de seus alunos. É preciso confiar nessas mudanças e esperar o inesperado (MORIN, 2001).

O grande desafio da educação nos dias de hoje é como desenvolver uma aprendizagem que seja significativa para os alunos; uma aprendizagem com características que reflitam o pensamento complexo a partir da compreensão das relações e contexto dos elementos e situações refletidas e vivenciadas. Nessa perspectiva, a função do professor é propiciar situações para que o aluno construa seu próprio conhecimento e não simplesmente reproduza, dando ao aluno informações prontas. Com isso, o trabalho em conjunto vem ao encontro das necessidades dos alunos na busca da construção do conhecimento e o professor entra como mediador e orientador, ou seja, aquele que mostra o caminho para seus alunos buscarem de forma interativa o saber e a construção de novos conhecimentos (OLIVEIRA, 2011).

A utilização das novas tecnologias no processo educacional na área musical pode se tornar um recurso para melhoria no processo de aprendizagem através do uso de programas específicos para a educação musical. Com isso, é possível obter noções de teoria musical, compor, fazer arranjos, editar partituras, gravar CDs e outras atividades afins. Trechos musicais podem ser alterados, copiados e excluídos com um simples clique no mouse. Com estes recursos, o aluno é levado a

experimentar fenômenos sonoros e rítmicos desencadeando a habilidade de aprender a aprender, ou seja, conhecer por meio da investigação e da prática (PINTO, 2007).

O professor interdisciplinar, ao ancorar sua prática educativa nos novos recursos tecnológicos, torna-se uma ponte na interação com seus pares, colegas de outras disciplinas, transitando entre lugares às vezes opostos, mas complementares. Dessa forma, propicia a seus alunos conectarem-se com o conhecimento visto sob vários ângulos. Em um mundo tecnológico por excelência, professores e alunos precisam estar preparados para interagirem com os diversos recursos tecnológicos que surgem a todo instante (PINTO, 2007).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa bibliográfica realizada, pode-se concluir que, a educação musical é importante, sendo a música um meio de inclusão social, tanto de crianças com necessidades especiais como as menos favorecidas economicamente. Assim, é essencial que o educador compreenda que a educação musical não é só transmissão de conhecimentos teóricos de melodia, ritmo, textura, forma, dinâmica, mas que a música contribui para a criança demonstrar seus sentimentos e emoções, sendo um meio de transformação social, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo de maneira completa. Com o avanço tecnológico, o educador musical deve estar ciente das novas perspectivas que se abrem tanto na educação musical quanto na composição e distribuição da música, sendo imprescindível a interdisciplinaridade da docência musical com outras áreas de conhecimento fora do campo artístico para o seu pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Margareth. Transitando entre o “formal” e o “informal”: um relato sobre a formação de educadores musicais. In: **SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MUSICAL**, 7., 2000, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2000. p. 77-90.

CATÃO, Virna Mac-Cord. **Musicalização na Educação infantil**: entre repertórios e práticas culturais e musicais. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. Coleção O Mundo, v.21, 1983.

KEBACH, Patrícia; DUARTE, Rosângela. Educação musical e educação especial: Processos de inclusão no sistema regular de ensino. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 2, n. 15, p. 98-111, 2008.

LIMA, Ailen Rose Balog de. **Metodologia da Educação Musical**: fazendo da docência uma arte. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, UNISAL, Americana, 2010.

MONTEIRO, Liana Gomes. **Reflexões sobre os desafios na adaptação de conteúdos em música para o ensino de pessoas com necessidades educacionais especiais**: um relato de experiência. 2015. 54 f. Monografia (Licenciatura em Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2001.

OLIVEIRA, Alda. Aspectos Históricos da Educação Musical no Brasil e na América do Sul. In: OLIVEIRA, Alda; CAJAZEIRA, Regina (Orgs). **Educação Musical no Brasil**. Salvador: P&A, 2007, p.5.

OLIVEIRA, Keyla Rosa de. **Panorama da Educação Musical**: práticas metodológicas em duas escolas de música de Goiânia – GO. 2011. 79 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

PEREIRA, Lítsia Moreno. **Educação musical na escola pública**: um olhar sobre o projeto “Música para todos”. 2011. 135 f. Dissertação de Mestrado – Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2001.

PINTO, Mirim Corrêa. **Tecnologia e ensino-aprendizagem musical na escola**: uma abordagem construtivista interdisciplinar mediada pelo *software Encore* versão 4.5. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RIBEIRO, Rosa Maria. **Música na educação infantil**: um mapeamento das práticas pedagógico-musicais na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SCHERER, Claudia de Assis. Educação musical: Contribuições para o desenvolvimento do pensamento infantil. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 1, p. 163-182, jan./abr. 2013.

